

Resenhas

AS DUAS ESPANHAS E O BRASIL¹

Jonathas Miranda de Carvalho*

* Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
E-mail: j.carvalho@hotmail.es

As relações entre a Espanha e o Brasil encerraram, nos anos 90, um distanciamento de política externa tradicional. Politicamente, a Espanha passou a assimilar o mundo luso e apresentou-se comonexo, como ponte entre a Europa e a América Latina. Cada país percebeu a importância do outro nos processos regionais de integração.

A partir dessa profícua aproximação, o diplomata Tarcísio Costa, com sua vasta experiência em política externa espanhola, traça uma análise profunda e muito bem documentada das relações entre a Espanha e a América Latina, principalmente, no que diz respeito aos vínculos do país ibérico com o Brasil. Esses vínculos foram historicamente amparados nos respectivos setores privados dos dois países e atualmente estão cada vez mais estreitos, sobretudo no que tange as áreas política e social (no contexto da chamada “política de Estado”).

Nos últimos anos, há uma ampla agenda bilateral e multilateral entre o Brasil e a Espanha. As perspectivas eram, até o ensaio de Tarcísio Costa, as de que as relações ganhassem em ritmo e amplitude, principalmente devido ao elevado crescimento econômico brasileiro. Contudo, a crise tem afetado fortemente a Espanha, com uma taxa de desemprego entre os jovens de aproximadamente 40%. Sendo assim, não se sabe o quanto, nos próximos anos, o país vai continuar fortemente voltado à política externa para com o Brasil.

O autor de “As duas Espanhas e o Brasil” traça o impacto das relações entre os dois países nos últimos 50 anos e a evolução que isso significa para o Brasil. O prefácio da obra é assinado pelo ex-presidente e sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que analisa a linha de pensamento do diplomata ao longo da obra e como sua versão revista de tese apresentada no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio

¹ COSTA, Tarcísio. Rio de Janeiro: Topbooks, 2009.

Branco, revela ao leitor a possibilidade de as relações entre Estados poderem seguir um caminho distinto das grandes crises internas entre as forças políticas dos países envolvidos.

Na Espanha, houve governos bastante diferentes entre si, como os de Suárez e Calvo Sotelo, de um lado, e Felipe González, de outro. Porém, Tarcísio Costa enfatiza o governo de Aznar, num polo, e Zapatero, noutro, e avalia como eles souberam, cada qual a seu modo, conviver com os governos brasileiros até Lula e separar as divergências políticas eventualmente existentes entre os governos dos dois países, a fim de promover convergências econômicas crescentes entre ambos. No campo da política internacional também houve um importante respeito quanto às diferenças de posições tópicas. A boa convivência foi mantida em diversos campos da cooperação internacional.

Nos capítulos iniciais do ensaio, percebemos uma síntese interpretativa bem fundamentada do jogo político após o regime franquista sendo permeada pela história intelectual da Espanha. Cada um dos governos espanhóis deu um toque peculiar à temática da ocidentalização e da europeização da Espanha e à sua relação com o mundo iberoamericano.

A expressão “duas Espanhas” utilizada no título do livro diz respeito à existência, no período da transição democrática espanhola, de Espanhas diferentes: a primeira de tradição religiosa, unitária e imperial entre os reis católicos; já a segunda, liberal, ilustrada, com ideias bem distantes do enraizamento estamental prevalecente no país desde muito tempo. Os atos mais radicais de cada uma delas foram mitigados pela convivência democrática, e ambas, em relação ao Brasil, atuaram de forma semelhante como destaca o autor ao longo do ensaio.

Mesmo com eventuais diferenças de orientação, a política externa espanhola foi de aproximação crescente entre os dois países. A diplomacia foi baseada nos pontos de interesse comuns entre o Brasil e a Espanha. A paixão política perdeu força e deu espaço para que a boa convivência proporcionasse a penetração sem precedentes das empresas espanholas no Brasil e dos investimentos brasileiros na Espanha. Assim, Tarcísio distingue os pontos nos quais os interesses puderam ser separados das paixões políticas e mostra também como a experiência do “soft power” foi e pode continuar a ser recompensadora.

Os laços entre empresas, universidades, imprensa e instituições culturais dos dois países se fortaleceram muito. Foi criada uma área de “diplomacia pública” em que os atores privados, em parcerias com os governos, formam uma rede de proteção a eventuais desencontros políticos. Dessa forma, as relações entre as pessoas e os povos ajudam a fortalecer as relações diplomáticas entre os governos. O autor aponta ao trabalho bem-sucedido de nossas missões diplomáticas não só

em Madri, mas em toda a Espanha, enraizando-se na vida empresarial e civil espanhola.

Os dois maiores objetivos do autor, que não por acaso se complementam, são o de comentar como se deu a ruptura do consenso interpartidário em política externa durante o segundo mandato do presidente José Maria Aznar e confirmada no governo de Zapatero, além de explicar a continuidade da política de um governo a outro, ainda que de forma relativa, com respeito ao Brasil. O ensaio privilegia os governos de Aznar e de Zapatero, porém também recua no tempo para uma melhor realização dos objetivos. Antes da discussão sobre a ruptura do consenso, podemos conhecer e analisar as condições e bases históricas de sua criação.

O primeiro capítulo “O consenso e seus primórdios” explica a formação do consenso e seus fundamentos históricos. Traz para o leitor o debate teórico central a respeito do consenso, e o quanto foi tardio o reconhecimento pela academia de sua importância em política externa, principalmente, para a legitimação da democracia espanhola. Nas seções do capítulo “O discurso franquista” e “Europa como solução”, Tarcísio compara o franquismo e a experiência democrática e estende a discussão aos padrões de legitimidade de suas respectivas políticas externas. Além disso, fala do mito representado pela Europa no imaginário dos que fizeram a transição como “o caminho de acesso da Espanha à modernidade”, referenciando Ortega y Gasset. O autor conclui em “Bruxelas e outros destinos” que o consenso não foi limitado ao pleito por ingresso nas comunidades europeias e à defesa da normalização dos compromissos internacionais da Espanha.

Em “A ruptura do consenso”, o diplomata argumenta que, para as circunstâncias e razões da quebra da convergência partidária, há duas explicações: 1. a articulação crescente da opinião pública espanhola com a sociedade civil global, tornando mais visíveis as tensões domésticas, e 2. a emergência de leituras conflitantes sobre o papel da Espanha no mundo e a ampliação das possibilidades de inserção internacional pela evolução político-econômica do país nos últimos anos. Além disso, o autor também explora o debate do “pós-consenso” sobre a gestão futura da Política Exterior espanhola.

O capítulo “O dissenso sobre a América Latina” fala sobre a “solidariedade democrática” empregada pelo governo de Felipe González - líder socialista que apoiou os processos de democratização no Cone Sul e promoveu o acompanhamento do esforço de pacificação na América Central. Ademais, Tarcísio Costa trata também da importante atualização do arcabouço normativo das relações da Espanha com os países latino-americanos, principalmente na expansão do comércio e dos investimentos.

Sobre a política de Aznar para a região, o autor aponta para o “déficit de

credibilidade”, analisando a continuidade ao adensamento dos vínculos institucionais e econômicos, sob um discurso livre-cambista e neoconservador. Já com o líder socialista José Luis Rodríguez Zapatero, houve um grande empenho em rever a prática e o discurso para a região por oposição de seu antecessor. Promoveu-se o conceito de responsabilidade social e ideias associadas à modernização institucional da América Latina.

Em “O Brasil: um caso à parte?”, chegamos à avaliação da natureza e do alcance da continuidade observada de Aznar a Zapatero na política para o Brasil. O que tais posições trouxeram ao nosso país? A atuação espanhola beneficiou de alguma forma o nosso progresso? Para o autor, é importante salientar que “os interesses dominaram as paixões”, sobretudo no período Aznar, quando houve moderação e previsibilidade (ao contrário do que foi com a América Latina em geral). Evitou-se que as diferenças políticas com os governos brasileiros comprometessem a gestão dos negócios; e dessa maneira, passamos a ser o segundo principal destino dos investimentos espanhóis no mundo. Com o governo socialista de Zapatero, buscou-se imprimir um tom ímpar a uma relação sem arestas e que já contava com um mapa de frequentes negociações com o governo brasileiro. Apostou-se, prioritariamente, nos benefícios extraídos das afinidades políticas com Lula.

No último capítulo, “Do privado ao público”, Tarcísio Costa analisa profundamente a possibilidade de instrumentalização dos laços econômicos a favor de outros campos do relacionamento bilateral. O autor fala mais das “perspectivas do relacionamento econômico” enquanto base para o exercício de uma diplomacia pública ativa e concentra-se na discussão de campos para os exercícios desse tipo de diplomacia, à luz da experiência da representação diplomática do Brasil em Madri, que já contou com sua própria experiência. Sendo assim, são discutidos alguns eixos de interlocução com a sociedade civil espanhola bastante pertinentes.

As considerações finais do ensaio trazem ao leitor importantes pontos para a reflexão acerca da política externa entre o Brasil e a Espanha. Dedicadas ao momento político espanhol até 2009, com a reeleição de José Luis Rodríguez Zapatero em março de 2008, as considerações apontam que as perspectivas das relações bilaterais durante o segundo governo do presidente Zapatero eram bastante esperanças.

Muito embora o histórico do relacionamento entre os dois países prove que ele sempre foi positivo à alternância do poder na Espanha, o autor vê que a permanência do PSOE foi um fato ainda mais vantajoso para os interesses brasileiros. Fatores como a manutenção de interlocutores e práticas, a relevância das afinidades políticas e a maior abertura dos socialistas à sociedade civil, que tem revelado interesse crescente pelos temas brasileiros, faz-nos acreditar que as relações podem

continuar estreitas mesmo em tempos de crise no país ibérico e que é pertinente o exercício de uma diplomacia pública ativa junto à sociedade civil espanhola.

O governo brasileiro e os empresários espanhóis são os protagonistas atualmente. Sem entrar no debate acerca da privatização, mas observando as possibilidades após sua “consolidação” em alguns setores de nossa sociedade, podemos continuar a aproveitar as oportunidades abertas. Os capitais espanhóis já investiram quase 10 bilhões de dólares no Brasil, os mais importantes grupos penetraram serviços de rentabilidade elevada e imediata (SOL MELIÁ, na área hoteleira, TELEFONICA, ENDESA e IBERDROLA que operam na área da eletricidade, SANTANDER na área bancária e PISA na área editorial) e o Brasil acelera, pelo menos política e economicamente.